O Impacto do Sistema Público de Escrituração Digital na Profissão Contábil



Fabio Vidotti Neto – UFMA; Gilberto Magalhães da Silva Filho - UFMA; *Telma Maria Chaves Ferreira da Silva – UFMA.*

RESUMO

O Sistema público de Escrituração Digital (SPED) veio para modernizar as obrigações assessórias transmitidas ao governo, servindo como um instrumento que unifica as atividades de recepção, armazenamento, autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal. Esta pesquisa teve o objetivo de verificar quais os impactos, percebidos pelos profissionais de contabilidade no estado do Maranhão e em Santa Catarina causados pelo Sped. A pesquisa foi realizada no período de 01/05/2018 a 15/05/2018. A ferramenta utilizada para coleta de dados foi um questionário, dividido em duas seções: a primeira seção tratava do perfil sócio-profissional do respondente; a segunda sessão levantou questionamentos sobre os benefícios, dificuldades e desafios decorridos pós implantação do Sped. Os resultados da pesquisa, demonstraram que a maior dificuldade percebida com a implantação Sped foi a necessidade de investimento em treinamento dos profissionais para uso do Sped; e o principal benefício com a adoção do Sped foi que a informação contábil passou a ter mais qualidade e segurança para o fisco, além da redução de custos com emissão e armazenamentos em papel. Os achados da pesquisa podem se justificar pelo fato de que a implantação do Sped tem pouco mais de 11 anos e esse sistema continua se reformulando e exigindo a busca de conhecimento e investimento por parte dos contadores e empresas contábeis.

Palavras-chaves: Sistema Público de Escrituração Digital. Impactos. Benefícios. Dificuldades

ABSTRACT

The Public Digital Bookkeeping System (SPED) came to modernize the advisory obligations transmitted to the government, serving as an instrument that unifies the activities of reception, storage, authentication of books and documents that integrate accounting and tax books. This research had the objective to verify the impacts, perceived by accounting professionals in the state of Maranhão and in Santa Catarina caused by Sped. The research was carried out in the period from 05/05/2018 to 05/15/2018. The tool used for data collection was a questionnaire, divided into two sections: the first section dealt with the respondent's socio-professional profile; the second session raised questions about the benefits, difficulties and challenges that have arisen since the implantation of Sped. The results showed that the greatest difficulty perceived with the Sped deployment was the need for investment in training of professionals to use Sped; and the main benefit with the adoption of Sped was that the accounting information became more quality and safety for the tax authorities, besides the reduction of costs with issuance and paper stores. The findings of the research may be justified by the fact that the implementation of Sped is just over 11 years old and this system continues to reformulate and demand the search for knowledge and investment by accountants and accounting firms.

Keywords: Public Digital Bookkeeping System. Impacts. Benefits. Difficulties

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação é uma das áreas do conhecimento que mais rapidamente se renova, expande e aprofunda, estando em constante mutação (REZENDE; PEREIRA, 2002). Abarca todos os processos e soluções referentes à produção, disseminação, armazenamento, segurança e uso de dados, pois trata-se de um ramo cujos reflexos não se restringem a um grupo particular, estendendo-se a todos os aspectos da vida cotidiana.

A evolução tecnológica abrange todos os campos profissionais e não seria diferente com a contabilidade. As inovações tecnológicas estão cada vez mais presentes na ciência contábil. Os usuários da contabilidade precisam de informações cada vez mais rápidas, seguras e com qualidade. Para suprir essas exigências na informação contábil, faz-se necessário o uso da tecnologia, através de um sistema informatizado e computadorizado.

Assim sendo, as autoridades tributárias, sendo um dos usuários da informação contábil, criou e implantou o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, buscando a padronização das informações contábeis e ficais provendo mais agilidade e eficiência às obrigações assessórias do contribuinte, além de promover uma fiscalização mais efetiva para combater a evasão fiscal.

Instituído pelo Decreto n°. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007/2010 do Governo federal. O Sped é composto basicamente por 4 subsistemas: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital Social (EFDSocial). Para elaborar o projeto, o Brasil buscou exemplos no exterior, os quais podem ser citados oriundos do Chile e do México, que serviram como ponto de partida para a elaboração do projeto (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

O Sped tem como principais objetivos: promover a integração dos Fiscos; padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais; racionalizar e uniformizar as obrigações assessórias; estabelecer uma transmissão única de distintas obrigações assessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; tornar célere a identificação de ilícitos tributários; dispor de fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica; rapidez no acesso a informações (BRASIL, 2018).

De acordo com o Governo Federal diversos são os benefícios esperados com a adoção do Sped, através da digitalização e padronização das informações, contribuindo para a redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel; racionalizando e simplificando as obrigações acessórias; uniformizando as obrigações

que o contribuinte presta 13 às unidades federadas; dando maior agilidade no processo de fiscalização, oferecendo maior qualidade e segurança nas informações contábeis e fiscais; e reduzindo a sonegação fiscal. Em vista do exposto, o presente estudo buscou evidenciar isto: quais os impactos gerados na profissão contábil, resultantes da adoção do Sped?

Nas últimas décadas, a contabilidade vem passando por diversas mudanças, nos procedimentos contábeis que passaram da escrituração manual para a eletrônica. Mudanças na legislação contábil com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e com a adoção da lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que altera e revoga dispositivos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, Essa lei representou um grande avanço no setor contábil, pois enquadrou o Brasil nas normas internacionais de contabilidade.

O Sped faz parte dessas mudanças, com a padronização e digitalização das informações, permitindo o usuário da Contabilidade reportar informações com mais qualidade e segurança para o fisco. Antes desse sistema ser implantado, a escrituração contábil e fiscal era feita de forma manual, disposta em relatórios e livros de papel.

Nesse contexto, as mudanças causadas pela adoção do Sped, em um primeiro momento, representaram um grande desafio em termos de adaptação aos contadores e empresas contábeis, essas mudanças exigem uma maior atenção e busca de conhecimento dos profissionais da contabilidade, pois alteram a rotina de trabalho dos contadores e reestrutura a forma da escrituração contábil.

A maioria dos estudos, que analisaram as mudanças geradas pelo Sped na profissão contábil, foi realizada nos anos iniciais pós-adoção desse sistema de assessoria fiscal. Este estudo foi realizado 11 anos após a criação do projeto Sped e foi aplicado com profissionais contábeis nos Estados do Maranhão e Santa Catarina.

Desse modo, a presente pesquisa buscou verificar quais são os impactos do Sped na profissão contábil. É esperado que ela contribua no sentido de verificar quais os impactos do Sped na profissão contábil, quais os benefícios gerados, desafios a serem enfrentados e dificuldades na adoção desse sistema. Este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico pertinente à temática pesquisada, procedimentos metodológicos, análise dos dados e considerações finais.

.

2 Sistema Público de Escrituração Digital

2.1 Governo Eletrônico e Sped

Segundo Agune e Carlos (2005), governo eletrônico pode ser entendido como um conjunto de ações modernizadoras vinculadas à administração pública, que começou a ganhar viabilidade no final de 1990. O e-Governo é uma forma de modernização do Estado, dando uma nova forma ao processo de interação do governo com o cidadão, empresas e outros governos.

> De acordo com Agune e Carlos (2005, p. 1):
>
> Governo Eletrônico, ao contrário do que o nome pode a princípio sugerir, significa muito mais do que a intensificação do uso da tecnologia da informação pelo Poder Público. Em verdade, ele deve ser encarado como a transição entre uma forma de governar fortemente segmentada, hierarquizada e burocrática, que ainda caracteriza o dia-a-dia da imensa maioria das organizações públicas e privadas, para um Estado mais horizontal, colaborativo, flexível e inovador, seguindo um figurino mais coerente com a chegada da sociedade do conhecimento, fenômeno que começou a ganhar contornos mais visíveis no último quarto do século passado.

A expressão teve origem nos Estados Unidos da América em 1999, sendo usada pela primeira vez pelo então vice-presidente Al Gore que, à época, apontou à possibilidade de os órgãos governamentais utilizarem da tecnologia da informação e comunicação na melhoria e apoio dos serviços públicos prestados. No Brasil, o governo eletrônico foi instituído nos anos 2000, quando foi criado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), através de um decreto presidencial estabelecido em 3 de abril do mesmo ano. Aproveitando o momento da evolução tecnológica e das tecnologias da informação e comunicação, o governo brasileiro inspirou-se na experiência de governos eletrônicos de outros países, como o Chile, a Espanha e o México, para criar o Sistema Público de Escrituração Digital, popularmente conhecido pelo termo Sped.

2.2 Histórico

Para iniciar o processo de padronização, que deu origem ao Sped, foi editada a Emenda constitucional n° 42 aprovada em 19 de dezembro de 2003, introduzindo o Inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando que as administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deveriam atuar de forma integrada, compartilhando cadastros e informações fiscais (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Em julho de 2004, realizou-se em Salvador o primeiro Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT). Reunindo autoridades fiscais, o encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas nas três esferas de governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior

eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

Em 22 de janeiro de 2007, o Sped foi instituído pelo decreto 6.022, publicado no Diário Oficial em edição extra.

2.3 Objetivos

Para Oliveira (2009), o Sped busca uniformizar o cumprimento de obrigações, facilitar os trabalhos das auditorias e agilizar o tratamento das informações. Segundo o autor, os principais objetivos desse sistema são: a) Promover a integração dos fiscos; b) Padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais; c) Racionalizar e uniformizar as obrigações assessórias; d) Estabelecer uma transmissão única de distintas obrigações assessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; e) Tornar mais célere a identificação de atos ilícitos tributários; f) Fiscalização mais efetiva das operações com cruzamento de dados e auditoria eletrônica; e, g) Rapidez no acesso às informações.

Ainda segundo Oliveira (2009), o fisco será capaz de mapear todas as operações realizadas pelo contribuinte, através da integralização dessas informações. Antes mesmo da saída da mercadoria do estabelecimento, o contribuinte registrará e comunicará as informações pertinentes a essa transferência, fazendo com que quaisquer informações ou dados transmitidos de forma errada sejam facilmente detectados.

2.4 Benefícios da implantação do Sped

O Sped trouxe desafios e oportunidades à área contábil. A adaptação ao sistema digital de escrituração tornou-se uma vantagem competitiva no mercado, gerando um enorme diferencial no mundo corporativo e diminuindo a concorrência desleal.

Conforme a Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2018a), o Sped proporciona os seguintes benefícios: a) Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; b) Eliminação do papel; c) Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações assessórias; d) Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas; e) Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas; f) Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte; g) Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação etc.

Para Maria Clara Cavalcante Burgarim (apud GIROTTO, 2008), presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), o Sped gera sensível melhora no controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais com auditoria eletrônica, acarretando na eliminação de dados redundantes dos contribuintes, diminuindo a papelada, estancando a proliferação de obrigações assessórias, entre outros ônus burocráticos. A redução e simplificação das obrigações assessórias permitirão que o profissional contábil dedique mais tempo a atividades que geram valor à organização.

O Sped contribui indiretamente para preservação ambiental e redução dos custos na empresa por ser um sistema que opera totalmente de forma online, onde as informações são armazenadas e transmitidas de forma digital, minimizando o uso do papel; futuramente, ao se comprovar a plena eficácia do projeto, poderá deixar de existir a necessidade de impressão dos livros ficais e documentos contábeis.

2.5 Estudos Anteriores

Borges, Soares e Martins (2013) desenvolveram um estudo sobre o Sistema público de escrituração digital - Sped: desafios e benefícios para os profissionais contábeis do município de Uberlândia. Os resultados demonstraram um aumento na quantidade de tarefas executadas e na capacitação profissional para a utilização do Sped, constatando que esse sistema contribuiu para a redução da emissão de documentos em papel e na rapidez ao acesso às informações e fortalecimento do controle e da fiscalização

O estudo de Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015) verificou os benefícios e dificuldades do Sped na visão dos operadores de Contabilidade, no município de João Pessoa. Como principais resultados obteve-se melhoria da qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes, além de gerar mais oportunidades de empregos para estes profissionais. As principais dificuldades, originadas pelo Sped, foram a escassez de pessoal qualificado, falta de informações e suporte para dúvidas e pouca oferta de treinamento para o contabilista, indicando que o sistema é complexo e exige dos profissionais a busca pela educação continuada, visando melhor preparação e qualificação para atender as exigências do sistema.

Oliveira, Pereira, Martins e Silva. (2016) realizaram um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis da região metropolitana de Belo Horizonte sobre a implantação do Sped. Verificou-se que, com a implantação do Sped houve necessidade de investimentos em novas tecnologias de informação e comunicação, e falta de

profissionais qualificados na área. As principais mudanças avaliadas pelos entrevistados foram a agilidade e precisão de transmissão e busca de dados, preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel, aumento da fiscalização, melhoria na qualidade de informação, relacionamento eletrônico com o fisco e valorização do profissional contábil.

Anjos (2018) verificou o efeito do Sped nos serviços profissionais de Contabilidade na percepção dos gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de janeiro. Os resultados das pesquisas apontaram que o Sped trouxe aos escritórios necessidades de investimentos em sistemas e pessoas. De modo geral, os custos e investimentos ocorridos nos escritórios de contabilidade não se transformaram até o presente momento em oportunidades de novas linhas de serviço e incremento da receita. Por outro lado, foi percebido por parte dos sócios e gestores dos escritórios de contabilidade consultados que o Sped trouxe maior segurança no que se refere à segurança da informação e sua qualidade, pois o Sped criou um ambiente menos propício a riscos e fraudes.

3 Metodologia

3.1 Classificação do Estudo

Este trabalho se classifica como descritivo, porque visou descrever os impactos causados pela adoção do Sped ao longo dos anos. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, além do estabelecimento de relações entre variáveis.

Como procedimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica, demonstrada através da discussão literária sobre o tema estudado, tendo sido referenciada a partir de livros, artigos científicos, dissertações, revistas cientificas, etc.

> Para Marconi e Laktos (2003, p 182):
>
> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Além da pesquisa bibliográfica foi desenvolvida uma pesquisa de campo, através de um questionário. A formulação do questionário deste trabalho foi desenvolvida e adaptada a partir de perguntas do estudo desenvolvido por Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015). Utilizou-se a abordagem quantitativa.

3.2 População e Amostra

A amostra da pesquisa se limitou aos Estados do Maranhão e de Santa Catarina. Destarte, solicitou-se ao Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRCMA) e ao Conselho Regional de Santa Catarina (CRCSC), mediante requerimento formal a entrega do questionário aos contadores das respectivas localidades por meio eletrônico.

Referente a população da pesquisa, segundo informações do CFC (2018) no estado do Maranhão existem atualmente 4.921 contadores e 2.180 técnicos em contabilidade, ainda segundo do CFC (2018) no estado de Santa Catarina existem atualmente 16.353 contadores e 4.539 técnicos em contabilidade.

A coleta dos dados inicialmente se limitava ao estado do Maranhão, devido ao número de respostas insatisfatórios, foi realizada a coleta de dados no estado de Santa Catarina que segundo o CFC (2018) é 6° estado com maior número de contadores e técnicos de contabilidades ativos.

A amostra final foi composta por 175 respondentes do questionário da pesquisa, sendo validados e analisados 137 questionários referentes aos estados de SC e MA.

3.3 Instrumento da Pesquisa

O questionário foi composto por duas seções, seção I – o perfil do respondente, seção II – Impactos causados pelo SPED na produção contábil. A primeira seção, questões de número 1 a 8, coletou informações referente ao Estado em que o participante da pesquisa reside, e mais gênero, idade, formação profissional, cargo ocupado, tempo de atuação na área, conhecimento sobre informática e práticas de educação continuada.

A segunda seção trata dos impactos causados na produção contábil com o Sped. Essa seção possui 14 questões no formato de escala Likert de 5 pontos, onde 1 indica discordância total com a questão e 5 a concordância total.

3.4 Analise dos Dados

Os dados da pesquisa foram tabulados em planilhas do Microsoft Office® Excel 2016 e, em seguida, analisados no Software Package for the Social Sciences (SPSS) 20.

4 Resultados da pesquisa

4.1 Perfil dos respondentes

A primeira parte da pesquisa, tratou de informações referente ao perfil social e profissional do respondente.

Conforme a tabela 2, a maioria dos respondentes são de Santa Catarina (70,8%), seguido pelo Maranhão (29,2%).

Tabela 2 – Perfil dos Respondentes 1

QUAL ESTADO VOCÊ **MORA**	**N**	**%**
Santa Catarina	97	70,8
Maranhão	40	29,2
Total	**137**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a tabela 3, quanto ao gênero dos participantes, houve um equilíbrio, pois 58,4% são do sexo masculino e 41,6% do sexo feminino; a faixa etária predominante na pesquisa foi de 21 a 30 anos (35%), seguida pela faixa etária de 31 a 40 anos (29,2%).

Tabela 3 – Perfil dos respondentes 2

SEXO	**N**	**%**
Feminino	57	41,6
Masculino	80	58,4
Total	**137**	**100,00**
IDADE	**N**	**%**
21 a 30 anos	48	35
31 a 40 anos	40	29,2
41 a 50 anos	26	19
51 a 60 anos	18	13,1
Mais de 61 anos	5	3,6
Total	**137**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a tabela 4, quanto à formação profissional dos respondentes, a maioria era de graduados (47,4%), 35,8% especializados, 9,5% possuíam o título de mestre, 4,4% eram técnicos em Contabilidade e apenas 2,9% possuíam doutorado.

Tabela 4 – Formação profissional

Formação profissional	**N**	**%**
Graduado	65	47,4
Especialista	49	35,8
Mestre	13	9,5
Técnico	6	4,4
Doutor	4	2,9
Total	**137**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a tabela 5, quanto ao cargo ocupado pelos participantes da pesquisa a predominância foi de contadores, 80 dos 137 praticantes, o que equivale a 56,6% da amostra, o resto da pesquisa foi composta por 5 auditores, 6 docentes, 13 empresários,

13 auxiliares contábeis e um total de 20 participantes responderam ocupar algum outro cargo contábil não presente nos itens do questionário.

Conforme a tabela 5, no que tange ao tempo de atuação na profissão, 23,4% possuíam mais de 20 anos de experiência, 46,3% de 2 até 10 anos de experiência, 7,4% possuíam menos de 2 anos de experiência, 14,3% possuíam de 10 até 15 anos de experiência e 8,6% afirmaram possuir de 15 a 20 anos de experiência na área contábil.

Tabela 5 – Cargo Ocupado e tempo de experiência

Tempo	Cargo						Total	
	Contador	Auxiliar	Auditor	Docente	Empresário	Outro	N	%
Menos de 2 anos	4	0	0	0	0	2	6	7,4
De 2 até 10 anos	42	7	1	2	1	8	61	46,3
De 10 até 15 anos	9	4	1	2	2	2	20	14,3
De 15 a 20 anos	7	1	2	2	2	1	15	8,6
Mais de 20 anos	18	1	1	0	8	7	35	23,4
Total	**80**	**13**	**5**	**6**	**13**	**20**	**137**	**100,00**
%	**56,6**	**9,7**	**2,9**	**5,7**	**9,7**	**15,4**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.2 Educação continuada

Conforme as tabelas 6 e 7, os participantes da pesquisa foram questionados sobre o nível de conhecimento na tecnologia da informação que possuem e sobre a educação continuada em relação ao Sped. 83,9% afirmaram que participaram de cursos, eventos e treinamentos relacionados ao sistema, apenas 16,1% afirmaram não ter passado por nenhum tipo de educação continuada. Quanto ao nível de conhecimento em Informática, 10,9% se consideravam usuários básicos; 73%, usuários intermediários e 16,1%, usuários avançados.

Tabela 6 – Educação continuada

Educação continuada	N	%
Sim	115	83,9
Não	22	16,1
Total	**137**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 7 – Conhecimento em informática

Conhecimento em informática	N	%
Usuário Básico	15	10,9
Usuário Intermediário	100	73
Usuário Avançado	22	16,1
Total	**137**	**100,00**

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Impactos, benefícios, dificuldades na profissão contábil

Nessa seção foram analisados os impactos causados pelo Sped na contabilidade. Pelo exposto, os participantes da pesquisa foram questionados sobre benefícios, dificuldades e desafios percebidos com a adoção do Sped.

Conforme a tabela 8, o maior benefício percebido na pesquisa foi a melhoria na qualidade e segurança da informação contábil para o fisco. O mesmo foi percebido nas pesquisas de Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015) que constataram uma melhoria na qualidade da informação e maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais; os profissionais em sua maioria concordam que houve redução da concorrência desleal, através da redução da sonegação e fraudes Esses resultados demonstram que após a implantação do SPED, houve maior preocupação na qualidade das informações oferecidas as autoridades tributárias.

Tabela 8 – Benefícios e impactos positivos pós Sped

Benefícios e impactos positivos	Min.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Simplificou os procedimentos contábeis, racionalizando e simplificando as obrigações assessórias	1	5	3,20	1,12
Reduziu custos com emissão e armazenamento de documentos em papel	1	5	3,78	0,97
Reduziu o custo operacional das empresas	**1**	**5**	**2,69**	**1,09**
Reduziu a concorrência desleal, através da redução da sonegação e redução de fraudes	1	5	3,58	1,10
A informação contábil passou a ter mais qualidade e segurança para o fisco	1	5	4,19	0,8
A profissão do contador passou a ser mais valorizada	1	5	2,99	1,03
Impactando positivamente na contabilidade	1	5	3,81	0,96

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na análise da tabela 9 é possível perceber a média superior a 3, indicando concordância dos participantes da pesquisa em todos os itens.

Tabela 9 - Dificuldades e desafios percebidos pós Sped

Dificuldades e desafios	Min.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Mudanças na estrutura e rotina da empresa	1	5	4,10	0,82
Alto custo de implantação e execução	1	5	3,54	1,09
Aumento nas tarefas contábeis	1	5	4,15	0,88
Necessidade de contratação de pessoal especializado para lidar com SPED e softwares relacionados	1	5	3,77	1,02
Necessidade de investimento em treinamentos dos profissionais para uso do SPED	1	5	4,47	0,75
Aumentou a complexidade dos serviços prestados	1	5	4,11	0,88

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a tabela 9, as dificuldades que apresentaram as menores médias foram alto custo de implantação e execução (3,54) e necessidade de contratação de pessoal especializado para lidar com o Sped e softwares relacionado (3,77).

Conforme a tabela 9, a principal dificuldade notada pelos participantes da pesquisa foi a necessidade de investimento em treinamentos dos profissionais contábeis para o uso do Sped, seguida pelas mudanças na estrutura e rotina da empresa. Uma percepção similar foi obtida na pesquisa de Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015), constataram: escassez de pessoal qualificado para lidar com o Sped e falta de informações e suporte para dúvidas. Tal fato demonstra que após 11 anos de implantação do sistema, o Sped continua sendo complexo e o principal desafio a ser enfrentado, requerendo necessidade de treinamento, preparo, e adequação para uso do sistema.

Conforme a tabela 9, os resultados da pesquisa demonstram que houve um aumento nas tarefas contábeis e na complexidade dos serviços prestados, semelhante no estudo de Borges, Soares e Martins (2013), relataram o aumento de tarefas executadas como principal desafio na adoção do Sped.

Conforme a Tabela 10, os profissionais contábeis questionados na pesquisa, em sua maioria, não concordam que o SPED influenciou na redução de custos operacionais da empresa, ou no aumento da demanda de clientes. Isto demonstra que, mesmo com a redução do custo e emissão de documentos em papel e simplificação dos procedimentos contábeis, os benefícios do Sped não se transformaram em novas oportunidades de trabalhos para recuperar a necessidade de investimentos e custos com adoção do sistema.

Tabela 10 – Impactos com menor percepção

Impactos com menor grau	Min.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Reduziu o custo operacional das empresas	1	5	2,69	1,09
Aumentou a demanda de clientes	1	5	2,80	1,09

Fonte: dados da pesquisa.

5 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo evidenciar os impactos causados a produção contábil, uma vez que os profissionais contábeis participantes da pesquisa foram questionados sobre os benefícios, desafios, dificuldades decorridas da adoção do Sped.

Os resultados mostraram que as principais dificuldades com a adoção do Sped, a necessidade de investimento dos profissionais contábeis para uso do Sped, mudanças

na estrutura e rotina da empresa, necessidade de contratação de pessoal especializado para lidar com o Sped e softwares relacionados, o que demonstra a complexidade do sistema, a necessidade e importância do profissional contábil estar se aperfeiçoando e buscando conhecimento.

Na percepção dos participantes da pesquisa, o Sped vem impactando positivamente na Contabilidade, mas não concordam sobre a valorização da profissão contábil com a adoção do sistema. Esse impacto positivo do Sped está refletido na melhoria da qualidade e segurança da informação para o fisco, simplificação dos procedimentos contábeis com a racionalização das obrigações assessórias e redução da emissão e armazenamento de documentos em papel, redução da concorrência desleal, através da redução da sonegação e fraudes.

Esse fato demonstra que após 11 anos da criação do projeto SPED, o principal beneficiado é o fisco que passou a ter uma informação contábil e fiscal de maior qualidade e segurança, além de ter reduzido a evasão fiscal. A Contabilidade também vem sendo impactada positivamente com o sistema, com informações contábeis mais fidedignas, simplificação dos procedimentos contábeis e com a redução do custo e emissão de documentos em papel, porém, para o profissional contábil, o que foi percebido, ao longos desses anos, foi um aumento da carga de trabalho e complexidade dos serviços prestados e a necessidade de investimento em qualificação profissional para se adequar ao sistema.

Essa pesquisa apresenta como principal limitação a amostragem da pesquisa, dividida entre os Estados do Maranhão e de Santa Catarina. Para pesquisas futuras, sugere-se investigar um grupo maior, fazendo comparações na percepção dos profissionais contábeis de diversas regiões do país.

6 Referências

AGUNE, R.; CARLOS, J. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundap, 2005.

ANJOS, Emanuel Lopes dos. **O efeito do Sped nos serviços profissionais de contabilidade na percepção de gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de pós-graduação em Controladoria e Finanças Empresariais, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.

BORGES, Crislaine Fidelis; SOARES, Adeilson Barbosa; MARTINS, Vidigal Fernandes. Sistema público de escrituração digital - Sped: desafios e benefícios para os profissionais contábeis do município de Uberlândia. **Revista Científica,** 7. ed., v. 1, n. 6, set./dez. 2013.

Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital** (Sped): objetivos. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/ 967>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital (Sped):** benefícios. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show /965>. Acesso em: 7 abr. 2018a.

Conselho Federal de Contabilidade. (2018). **Quantos somos?** Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>. Acesso em: 15 de mai. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTO, Maristela. Sped Contábil: o novo paradigma. **Revista Brasileira de Contabilidade,** n. 170, p. 7-10, mar./abr. 2008. Disponível em: < http://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-170/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LIMA, Paulo Gildo de Oliveira. **Auditoria fiscal contábil.** 8. ed. João Pessoa: Grafique, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia cientifica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES JÚNIOR, Ilberto José das; OLIVEIRA, Cleide Machado de; CARNEIRO, Eleandro Elias. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

REZENDE, D. A.; PEREIRA, R. O. Sistemas de conhecimentos gerados pelos recursos da Tecnologia de Informação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO, 5., 2002, Curitiba. **Anais**... Curitiba: ISKM, 2002.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães das; LEITE FILHO, Paulo Amilton; PEREIRA, Tarso Rocha Lula. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 50-60, set./dez. 2015.